



Crônicas

CONIC chega aos 40 anos: veja o que fez e faz parte da nossa luta

Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil

Em outubro de 2022, o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC) completou 40 anos de fundação. Composto pela Aliança de Batistas do Brasil, Igreja Católica Apostólica Romana, Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil e Igreja Presbiteriana Unida, o CONIC nasceu no ano de 1982, em Porto Alegre (RS).

Hoje, o conselho conduz uma série de iniciativas, entre elas: *Semana de Oração pela Unidade Cristã* (SOUC); campanha da fraternidade ecumênica a cada cinco anos; *projeto Imigrantes e Refugiadas: Desafios da Casa Comum*; integra a Iniciativa *Inter-religiosa pelas Florestas*; a Rede Ecumênica da Água (REDA); e em 2023 iniciará o curso *Itinerários Dialógicos* em parceria com o Instituto Sustentabilidade das Faculdades EST de São Leopoldo.

O CONIC também se insere em diferentes redes com as quais realiza diversas incidências. Dentre as redes, destaca-se o Fórum Ecumênico ACT Brasil (FEACT), onde organiza e executa atividades de diálogo inter-religioso (visita a terreiros, rodas de conversas com judeus, muçulmanos, bahá'ís, budistas etc.), promoção da justiça social, inclusão, empoderamento de mulheres, defesa de povos tradicionais, ações de incidência denunciando o feminicídio, o extermínio da juventude negra. Essas ações desdobram, frequentemente, em novas frentes de trabalho, como a campanha *Tire os Fundamentalismos do Caminho*. Destaque, também, para a Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político, que tem como objetivo principal propor mudanças no sistema político brasileiro a fim de aprofundar a democracia.

Articulação e diálogo

A criação do CONIC foi fruto de um longo processo de articulação entre as igrejas católica apostólica romana, evangélica de confissão luterana no Brasil, episcopal anglicana do Brasil e metodista (esta última não integra mais o CONIC, mas foi uma das igrejas fundadoras). As primeiras conversas para a criação do conselho ocorreram em 1975. Foram 13 reuniões entre as presidências nacionais das igrejas acima citadas para, em 1982, definir-se pela criação.

Revista Brasileira de Diálogo Ecumênico e Inter-religioso

A mensagem final da assembleia que deu origem ao conselho apresentou a missão de “colocar-se a serviço da unidade das igrejas, empenhando-se em acompanhar a realidade brasileira, confrontando-a com o Evangelho e as exigências do Reino de Deus”. É compromisso do CONIC, portanto, desde aquele tempo, atuar em favor da dignidade e dos direitos e deveres das pessoas, até como forma de fidelidade à mensagem evangélica.

Mudança para Brasília

Nascido em Porto Alegre, hoje o CONIC tem sua sede em Brasília (DF). Centro do poder, estar na capital federal traz ao CONIC um ambiente propício à interação com os poderes da República. Essa interlocução é feita, sempre, no sentido de cobrar e lembrar aos poderosos seu real papel no poder: o compromisso com o povo que mais sofre e com a eliminação das desigualdades. O conselho não tem uma “bancada da Bíblia”, pois defende veementemente a separação entre Igreja e Estado. E jamais se silencia diante das violações de direitos. Neste sentido, CONIC atua, articulado com diferentes grupos, para incidir em políticas públicas a favor da distribuição de renda, segurança alimentar, políticas antirracistas e pelos direitos das mulheres. Historicamente, participa em diferentes conselhos, com destaque para o Conselho de Economia Popular e Solidária. Em sua história, participou no Programa Nacional de DST/ HIV Aids e, atualmente, está no Conselho Nacional de Direitos Humanos.

Ecumenismo

O CONIC mantém entre os seus objetivos a promoção das relações ecumênicas entre as igrejas e o fortalecimento do testemunho conjunto das igrejas-membro na defesa dos direitos humanos. Para alcançar tal meta, as igrejas que compõem o CONIC vivenciam uma parceria de diálogo, de valorização da vida humana, de amizade fraterna e de convivência enquanto entidades que buscam um caminho comum. Essa promoção do ecumenismo nunca quis, nem o fará, a criação de uma única Igreja. Muito pelo contrário. Ecumenismo é caminhar junto na diversidade. Quem entende que o ecumenismo quer criar uma “super-religião” não compreendeu o significado de ecumenismo, nem das palavras de Jesus em João 17,21: “para que todos sejam um, como tu, ó Pai, o és em mim, e eu em ti; que também eles sejam um em nós, para que o mundo creia que tu me enviaste”. Ecumenismo é isso: um testemunho comum de que, enquanto cristãos, temos muito mais motivos para estarmos unidos do que separados.

Apoie

O CONIC, apesar da importância e papel preponderante na sociedade brasileira, incluindo a participação ativa pela redemocratização do Brasil, as *Diretas Já*, hoje possui uma equipe bastante enxuta, composta de apenas três pessoas, incluindo a secretária-geral, Romi Bencke. Isso ocorre não por uma questão de opção, mas por falta de recursos que, infelizmente,

diminui a cada ano. Para que nossa instituição siga viva, precisamos de apoio. Você pode apoiar o CONIC de duas formas: orando para que continuemos firmes em nosso propósito e, de modo concreto, doando algum valor para esse PIX: 00721266/0001-23 (CNPJ).

Disponível em: <https://conic.org.br/portal/conic/noticias/conic-chega-aos-40-anos-veja-o-que-fez-e-faz-parte-da-nossa-luta>.

Declaração sobre a 27ª Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (COP27)

Conselho Mundial de Igrejas

Entre os membros do comitê executivo do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) reunido em Bossey, Suíça, de 7 a 12 de novembro de 2022, há aqueles cujas comunidades e nações já estão enfrentando impactos catastróficos das mudanças climáticas, mas cujos apelos urgentes a outros membros da comunidade internacional não prestaram atenção. Representantes do CMI estão se juntando a parceiros ecumênicos, inter-religiosos e da sociedade civil na 27ª Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP27) em Sharm El-Sheikh, Egito, em defesa urgente da mudança, da *metanoia*.

Nos unimos em oração tanto pelas vítimas presentes e futuras dessa catástrofe causada pelo homem quanto por nossos irmãos e irmãs na COP27 que continuam a testemunhar pela solidariedade internacional coletiva e ação urgente para enfrentar essa ameaça existencial comum e pela justiça climática.

Recordamos e afirmamos a declaração da 11ª assembleia do CMI sobre *O planeta vivo: buscando uma comunidade global justa e sustentável* e os apelos que ela expressa aos governos e às igrejas-membro e parceiros ecumênicos. Compartilhamos o senso de urgência nas próprias palavras apaixonadas do secretário-geral da ONU: “estamos na estrada para o inferno climático com o pé no acelerador. Nosso planeta está se aproximando rapidamente de pontos de inflexão que tornarão o caos climático irreversível”.

A COP27 é uma ocasião crítica para que os governos revejam, desenvolvam, se comprometam e implementem um roteiro para um amanhã livre de combustíveis fósseis, pós-crescimento, equitativo e sustentável, e para enfrentar o maior desafio existencial à vida no planeta.

Em apoio aos esforços empreendidos na COP27, o comitê executivo do CMI, portanto, pede aos governos que entreguem: compromissos mais ambiciosos e ações efetivas – especialmente por parte dos países com as maiores responsabilidades históricas pelas mudanças climáticas e as maiores capacidades financeiras e tecnológicas – para reverter rapidamente a taxa de emissões de gases de efeito estufa; financiamento climático suficiente, oportuno e adicional para países vulneráveis e em desenvolvimento para permitir que eles mitiguem e se adaptem às mudanças climáticas, especialmente no setor agrícola; um mecanismo de financiamento de “perdas e danos” para compensar comunidades e países na linha de frente dos impactos climáticos e apoiar seus esforços na construção de resiliência; e cooperação internacional para deter a expansão dos combustíveis fósseis agora e gerenciar uma transição justa do carvão, petróleo e gás.

Reiteramos o apelo da 11ª assembleia a todas as igrejas-membro e parceiros ecumênicos em todo o mundo “para dar à emergência climática a atenção prioritária que uma crise de

dimensões sem precedentes e abrangentes merece, tanto em palavras quanto em ações”, e para “tomar todas as ações que pudermos em nossos próprios contextos para ajudar a conduzir uma transição justa para um futuro sustentável”.

Disponível em: <https://www.oikoumene.org/resources/documents/statement-on-the-27th-conference-of-the-parties-of-the-un-framework-convention-on-climate-change-cop27>.

Projeto da ANA Amazônia fomenta iniciativas agroecológicas inovadoras

Coordenadoria Ecumênica de Serviço

Implantação e fortalecimento de pelo menos 250 territórios agroecológicos até 2024 – quintais produtivos, sistemas agroflorestais, hortas comunitárias e escolares – em duas cidades do Pará: Igarapé-Miri e Cametá. Essa é uma das metas estabelecidas nos planos municipais de agroecologia e produção orgânica. Os documentos são resultado das ações de incidência política da iniciativa *Agroecologia nos Municípios* (AnM).

A AnM é uma iniciativa da Articulação Nacional da Agroecologia que busca fortalecer a pauta agroecológica no Brasil através da promoção, apoio e sistematização de processos de mobilização e incidência política no nível municipal, visando a criação e o aprimoramento de políticas públicas e programas neste âmbito. Os planos de Cametá e Igarapé-Miri vêm sendo construídos desde 2021, numa ação conjunta entre organizações da sociedade civil, instituições de ensino superior e poder público.

Nos estados da Amazônia brasileira, ela é encabeçada pela ANA Amazônia, e diversas ações, dentre elas as que resultaram na construção destes planos, receberam apoio da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE). Cametá e Igarapé-Miri são duas das onze cidades que formam a região do Baixo Tocantins, no Pará. Mais da metade da população da região vive na zona rural e tem a agricultura familiar como um dos pilares dos seus modos de vida.

Além dos territórios agroecológicos, os planos das duas cidades preveem a criação de mecanismos de financiamento e qualificação de produtoras(es), liberação de espaços públicos para a realização regular de feiras e a promoção da diversidade produtiva local. Mas estes são apenas dois resultados das ações da ANA Amazônia desde que vem buscando incidir nas cidades da Amazônia brasileira. Teve muito mais.

As cidades de Viana e Morros, no Maranhão, também foram palco de incidência pela agroecologia dentro da iniciativa. Na primeira, a ação focou em contribuir mobilizando e articulando atores locais em torno de ações para construção da Lei de Acesso ao Babaçu Livre – como o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), Cooperativa de Quebradeiras de Coco Babaçu (CIMQCB), associações comunitárias e movimento sindical.

Em Xapuri, no Acre, a incidência tem se dado na elaboração participativa de um plano de ação para fortalecer a feira municipal, garantindo um espaço de destaque para os produtos agroecológicos, além o espaço como ponto de valorização da arte, cultura e educação ambiental. Lá também há negociações em andamento com a prefeitura para o desenvolvimento de um projeto específico com mulheres.

Trata-se da implementação das cadernetas agroecológicas – instrumento pedagógico criado pela ONG Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM). Essa ação busca promover o empoderamento e autonomia econômica das mulheres por meio do

monitoramento, qualificação e diversificação da produção agroecológica e pela organização econômica.

Em Roraima, as ações de incidência se desenvolveram na capital Boa Vista, onde foi criado o Grupo Articulação em Agroecologia, que demonstra potencial de se estabelecer enquanto rede sólida. Ele nasce na feira agroecológica, realizada pelas produtoras do Projeto de Assentamento Nova Amazônia e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

A partir da feira, outras articulações foram buscadas, resultando também em ações em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e com a Universidade Federal de Roraima (UFRR) – como a organização da cozinha solidária (com o MTST) e a criação do grupo de consumidores responsáveis (com a UFRR) que estabelecem um contrato de fidelidade com produtoras agroecológicas para aquisição de sua produção.

Agroecologia nos municípios

A agroecologia nos municípios nasce de uma ação iniciada em 2020, voltada à incidência no processo das eleições municipais. Uma equipe nacional com consultoras(es) em todos os estados se dedicou ao levantamento de políticas municipais inovadoras de apoio à agroecologia e à segurança alimentar e nutricional. Foram mapeadas mais de 700 iniciativas em todo o Brasil e criados muitos materiais, que estão [disponíveis em seu site](#).

O levantamento deu origem a uma carta-compromisso contendo propostas para serem apresentadas a candidatas(os) a prefeita(o) e vereador(a) nas eleições municipais de 2020. Mais de mil candidaturas assinaram a carta e 172 foram eleitas(os) – 47 prefeitas(os) e 125 vereadoras(es). Em 2022, foram 154 candidaturas eleitas dentre deputados(as) estaduais, federais, senadores(as) e governadores(as) – 14 em estados da Amazônia brasileira.

O projeto da ANA Amazônia

Intitulado *Fortalecimento das ações da ANA Amazônia durante a pandemia*, o projeto nasce em busca de unificar as pautas de lutas com as organizações e movimentos sociais da Amazônia brasileira através do fortalecimento da organização.

Por meio da incidência política nos municípios e estados, a ANA Amazônia busca ampliar as ações em curso e incentivar o aumento da organização política da agroecologia na Amazônia. Os resultados alcançados até aqui vêm do diálogo entre movimentos, redes e articulações, fomentados pela ANA, e da incidência junto aos municípios. É aí que entra o apoio da CESE.

“Esse apoio possibilitou que a gente estivesse junto e ampliasse a discussão para outros grupos e movimentos. Conseguimos enviar pessoas para irem aos territórios distantes fazer articulação política, fazer atos públicos. Isso tudo foi muito importante”, afirma Fábio Pacheco,

integrante da coordenação da Associação Agroecológica Tijupá, que compõe a secretaria executiva da ANA Amazônia.

Fábio destaca que até mesmo a abordagem feita inicialmente pela CESE foi positiva. “Fomos convocados e tivemos muita liberdade para propor ações que realmente fortaleçam as redes. Geralmente, eles já vêm pré-moldados pelos financiadores. Esse edital foi muito importante”. Além destes pontos, ele relata que existe um suposto “custo Amazônia” que afasta possíveis fontes de apoio financeiro.

“Por exemplo, precisávamos realizar ações de incidência neste caso. Aqui o transporte é caro. Nem sempre conseguimos recursos para aplicar. Existe esse tal ‘custo Amazônia’ que é um limite. Depende da época do ano, dos donos das companhias aéreas. A gente já deixou de fazer mobilizações por causa disso.”

O projeto também teve por objetivo a realização do Encontro de Representantes de Movimentos da ANA Amazônia, que juntou 33 pessoas em abril de 2022, dentre antenas da ANA Amazônia e representantes das Organizações do Levante Popular da Amazônia.

Disponível em: <https://www.cese.org.br/com-apoio-da-cese-projeto-da-ana-amazonia-fomenta-iniciativas-agroecologicas-inovadoras-em-municipios-da-amazonia-brasileira/>.